

Museus de território, narrativas e cidades

Maribel Del Carmen Aliaga Fuentes

Professora Doutora, UnB, Brasil
arqmarialiaga@gmail.com

Celso Fernando Barroso Lima

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, UnB, Brasil
celsolimaunb@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a possibilidade da construção de um diálogo entre os museus e as cidades. Para tal busca-se, analisar os museus a partir das premissas da nova museologia, levando em conta as transformações desses espaços na segunda metade do século XX. Desta forma, compreende-se que as mudanças operadas na sociedade no século XX demandaram uma nova concepção de museu que representasse melhor os anseios humanos na atualidade. Nesse contexto, entende-se que as novas tipologias de museus, como os de territórios e os ecomuseus, podem ajudar na produção de novas empatias, através da formação de narrativas, entre o indivíduo e o espaço urbano. Discute a diferença entre narrativa e informação no âmbito do espaço da cidade, mostrando como os museus de território podem trazer novas formas de diálogo entre o sujeito e o espaço, ajudando na construção de novos afetos para o entendimento das cidades por parte de seus moradores.

Palavras chave: Narrativas. Museus. Cidades.

INTRODUÇÃO

Nos anos 1960, nasceram os movimentos de renovação das instituições museológicas, foi nesse contexto cultural do mundo pós segunda guerra, que os museus foram sacudidos pelas novas exigências de uma sociedade, cujo objetivo era o rompimento gradativo dos modos e estilos de vida passados. Alice Duarte, ao conceituar a Nova Museologia expõe a importância dos movimentos sociais dos anos 60 como estimuladores das renovações dos museus:

O contexto social de forte questionamento e mudança que marcou a década de 1960 não permitirá que o museu passe incólume por esse período. Mas, por outro lado, a inserção do museu nesses movimentos sociais e a exploração dinâmica das suas coleções exigia uma verdadeira metamorfose da instituição (DUARTE, 2014, p. 100).

Falar, então, da Nova Museologia é trazer os conflitos e as contradições dos anos 60 marcadas pela repressão e, ao mesmo tempo, por um acentuado processo criativo. Duarte (2014) pontua, que essa época possibilitou também novas formas de produção artística e cultural, que destaca o novo, com a participação da juventude e na recusa aos modelos estabelecidos. Todas as mudanças sociais e políticas advindas dos anos 60, vão preparar o terreno, e lançar as sementes para o futuro da Museologia e dos museus.

Dentro dessas circunstâncias, os aspectos sociais dos museus, e o seu caráter ativo como instrumento de transformação da realidade, a partir de suas ações de pesquisa, conservação e difusão do seu acervo, fez com que ele incorporasse em seus objetivos, os problemas relacionados ao cotidiano do homem. Nesse contexto, “o museu passou a ser entendido como instrumento de mudança social” (SOTO, 2014, p.67). Essas atividades acabaram por fazer contraponto ao museu tradicional, que na maioria das vezes eram vistos como distantes demais das questões pertinentes ao meio social que estavam inseridos. Nesse sentido, foi necessário aproximar o museu da sociedade, em toda sua dimensão, política, econômica e social.

Essas divergências, provocaram profundos questionamentos nos museus, e no modo como eles operam junto a realidade. Letícia Julião observa “que as críticas aos museus se acentuaram em meio a crescente insatisfação política e a movimentos de democratização da cultura, realidade que atingia diferentes países do mundo” (JULIÃO, 2006, p. 27). Logo, percebe-se que a nova museologia nasce das tensões e das rupturas entre os diversos modelos de museus, que eram tidos até então, como referências para o mundo das artes e da cultura.

A possibilidade de pensar o papel do museu na sociedade levou muitos estudiosos a concebê-lo não apenas por meio dos seus acervos, mas tendo como referência o público e seu universo cultural e simbólico e identitário. As assembleias protagonizadas, nessas ocasiões, pelo ICOM¹, na segunda metade do século XX, e que visavam discutir o papel dos museus no mundo atual, foram então, as responsáveis pela elaboração das novas concepções conceituais relativas aos papéis desses espaços na sociedade.

Dentre esses debates pode-se citar, pelo menos dois, como sendo os mais importantes: a Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, e a declaração de Quebec em 1984. Foram então, nessas conferências, que são lançadas as bases da chamada Nova Museologia, nascida como já foi dito, dentro dos questionamentos dos museus enquanto instituição voltada para o modelo cultural burguês. A Mesa Redonda de Santiago refere ao novo museu como:

Uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais; (SANTIAGO, 1972, p. 1).

Dessa forma, são iniciados, nesse contexto, os alicerces básicos para o chamado Movimento Nova Museologia, que “traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea”. (MOUTINHO, 2014, p.423). Assim, a Nova Museologia, para Maria Célia Santos, é um fenômeno inteiramente ligado a conscientização social, e que demandou maior tomada de posição dos museus no contexto atual:

A proposta básica da “Nova Museologia” está pautada no diálogo, no argumento em contextos interativos, sendo, portanto, o “mundo vivido” o espaço social onde será realizada a razão comunicativa. De certa forma, a proposta da “Nova Museologia” sugere uma “libertação” da razão instrumental a que os museus estavam e, ainda, continuam submetidos, atrelados ao Estado racional legal, calcado em um sistema jurídico e em uma burocracia efetiva, etc., o que pode ser evidenciado, através da política de preservação paternalista, imposta pelos governos, onde a decisão do que deve ser preservado, a coleta e a guarda das coleções estão sempre nas mãos dos mais poderosos. (SANTOS, 2002, p. 114).

Logo os fundamentos que assentaram a Nova Museologia advinda da Mesa Redonda de Santiago do Chile permitiram, pois, declarar uma nova concepção de museu, rompendo com visão forjada no âmbito do Iluminismo. Depois dos anos 70 e 80 os museus passaram a ser entendidos como mais próximos do universo simbólico da sociedade. Nesse sentido, a Nova Museologia rompe com a ideia do museu como espaço passivo e sem ação na sociedade para um local ativo e transformador e mais consciente do seu papel político.

Segundo Santos, *Hugues de Varine* destaca duas noções básicas da Nova Museologia: “a de museu integral, que leva em consideração a totalidade dos problemas da sociedade; a de

¹ Conselho Internacional de Museus.

museu, enquanto ação, enquanto instrumento dinâmico de mudança social” (SANTOS, 2002, p.111). O conceito de museu integral destaca a ação dessa instituição no universo simbólico e social do homem, produzindo assim, novas reflexões e questionamento sobre a sociedade:

O museu integral é constituído a partir do estudo da realidade vivida pelo grupo e da percepção que o grupo tem dessa mesma realidade. Percepção está refletida nas exposições temáticas, que abordam os problemas e são o resultado de um processo de reflexão e construção conjunta do grupo, ou seja, técnicos e membros da comunidade, ambos se enriquecendo mutuamente. (SANTOS, 2002, p. 120)

Partindo desse ponto, a declaração de *Quebec* em 1984 fala da necessidade de buscar no território, sem o qual o museu não deve ser apartado, as atividades necessárias para que ele atinja seus objetivos perante a sociedade:

A museologia deve procurar, num mundo contemporâneo que tenta integrar todos os meios de desenvolvimento, estender suas atribuições e funções tradicionais de identificação, de conservação e de educação, a práticas mais vastas que estes objetivos, para melhor inserir sua ação naquelas ligadas ao meio (QUEBEC, 1999, p. 223).

Os museus ao serem identificados como “um instrumento cultural a serviço da população. Salienta que os membros da comunidade são os principais responsáveis pela organização e gestão do museu, e que esse processo reflete a identidade da comunidade” (SANTOS, 2002, p. 121). Perante esses fatos, observa-se que os elementos norteadores da nova museologia são a construção do diálogo entre o espaço e a comunidade. Depois das assembleias protagonizadas pelo ICOM, O movimento Nova Museologia, ganha muita força, e assim nos anos 80 definitivamente começa a ser reconhecido a partir das práticas da museologia francesa:

Segundo André Desvallées, o movimento reconhecido como “nova museologia” nasceu na França entre 26 de fevereiro de 1982, quando uma assembleia da Associação Geral dos Conservadores Franceses provocou uma reação de desconforto nos mais progressistas, e 26 de agosto de 1982, quando um grupo de conservadores apresentou, em Marselha, o estatuto de uma nova associação que receberia o nome de *Muséologie Nouvelle et Expérimentation Sociale* (BRULON, 2015, p. 284).

Ao trazer maior conscientização da realidade social, no que se refere aos trabalhos desenvolvidos perante uma comunidade, a nova museologia possibilitou, que grupos sociais que outrora não eram representados nos museus sejam os verdadeiros protagonistas da formação das coleções dessas instituições. Tendo em vista isso, pode-se citar os programas Pontos de Memória, criado em 2009, e que tem como objetivo “Propiciar a inclusão social, contribuindo para a valorização do território onde está situado o Ponto de Memória, especialmente em se tratando de territórios habitados pelos segmentos sociais mais vulneráveis da população” (MUSEUS, 2021 n.p).

Logo a dimensão simbólica dos novos agentes ativos na sociedade, fruto dos movimentos dos anos 60, e que outrora não eram representados nos museus, acabaram por ganhar mais vozes, e adentram o espaço dessa instituição. As novas narrativas propostas pela

museologia, a partir de agora, não podem estar desvinculadas da problemática do espaço, em que o homem encontra-se inserido:

Esta evolução é, evidentemente, tanto qualitativa como quantitativa. A instituição distante, aristocrática, olimpiana, obcecada em apropriar-se dos objetos para fins taxonômicos, têm cada vez mais - e alguns disso se inquietam - dado lugar a uma entidade aberta sobre o meio, consciente da sua relação orgânica com o seu próprio contexto social. A revolução museológica do nosso tempo - que se manifesta pela aparição de museus comunitários, museus 'sans murs', ecomuseus, museus itinerantes ou museus que exploram as possibilidades aparentemente infinitas da comunicação moderna - tem as suas raízes nesta nova tomada de consciência orgânica e filosófica. (MOUTINHO, 1993, p. 7).

Nesse âmbito, também cunhou-se, então o termo *sociomuseologia*, que de agora em diante, concebe o museu como lugar de lutas em prol de ações de políticas afirmativas junto a grupo sociais vulneráveis, isso fez com que esse espaço esteja disposto a discutir os problemas que aflige uma comunidade. O foco agora são as pequenas narrativas, produzidas no âmbito do cotidiano, e para isso, o museu reivindica englobar o patrimônio do ponto de vista da comunidade. A construção do território, e o modo como uma população se relaciona e se expressa, são vistos como os elementos vitais para a apropriação perfeita do espaço, e os museus os meios com o qual pode-se atingir esse objetivo.

Com isso, “a Nova Museologia” está pautada no diálogo, no argumento em contextos interativos, sendo, portanto, o “mundo vivido” o espaço social onde será realizada a razão comunicativa” (SANTOS, 2002, p. 114). Nesse universo tem-se a eleição da *práxis* humana em relação ao território e a comunidade que aí se assenta, como sendo os atores principais, que vão nortear todas as atividades dos museus. Agora pode-se afirmar que há “a passagem do sujeito passivo e contemplativo para o sujeito que age e transforma a realidade” (SANTOS, 2002, p.111). Com isso, o museu passa a ser entendido não somente como edifício, mas também como território.

Percebe-se assim, segundo Judith Primo (1999), que a diferença básica entre a Nova Museologia e a Museologia tradicional, é que nesta o museu está circunscrito dentro de um Edifício, voltado para um público determinado com base em um uma coleção. Já na Nova Museologia esses elementos são substituídos pelo território, pela comunidade participativa e pelo o patrimônio, vistos como elementos interconectados e que produzem novas formas de afirmação e percepção da realidade. Com isso, esse trabalho apresenta os museus em diálogo com as novas tipologias de museus, que nasceram na segunda metade do século XX, fruto das transformações da nova museologia. O objetivo da pesquisa foi analisar em que medida os museus de território podem contribuir na formação de novas narrativas em relação ao espaço urbano.

A metodologia, por sua vez, pretendeu problematizar com análises qualitativas as potencialidades socioculturais dos museus de território, e sua relação com a cidade. Dessa forma, a pesquisa visou entender o fenômeno do museu e sua relação com a cidade. Apresentando relevância para uma construção de diálogo para os campos da museologia, Arquitetura e Urbanismo e patrimônio, como um referencial teórico para essas áreas, que possa

ajudar na formação de conhecimento e tomada de decisão para ações que envolva o espaço urbano e atuação e o papel dos museus na sociedade atual.

AS NOVAS TIPOLOGIAS DE MUSEUS: OS MUSEUS DE TERRITÓRIO

Partido da percepção de Ulpiano Meneses de que o museu são sempre “espaços que estabelecem intermediação institucionalizada entre os indivíduos e os objetos materiais” (MENESES, 1992, p. 3). No contexto das transformações iniciadas pela Nova Museologia houve uma problematização, no que diz respeito a relação dos museus com a realidade social do homem, entendida através dos diversos acervos que representam a cultura material de uma comunidade, difundindo então novas narrativas que vão além das protagonizadas pelas classes dominantes.

Dessa forma, e ainda tendo como referência Meneses, que toma os museus como fonte de informação, uma vez que para esse autor no espaço dos museus, “os objetos se transformam, todos, em documentos” (MENESES, 1992, p. 4). As informações trazidas pelos museus, em relação às leituras propostas por essas instituições sobre seus acervos, ajudam na compreensão da realidade e no entendimento dos diversos modos de vidas que são representados por essas instituições, “o museu é sempre uma interpretação da vida, uma seleção específica e significativa da realidade” (LERSCH, 2004, p.6).

O museu, por consequência, opera no âmbito da transformação e institucionalização de objetos que representam informações sobre um grupo ou uma cultura. É importante notar que essa atividade, no espaço dos museus, não parte de um saber inerente irradiado do próprio objeto, pois “as significações das coisas materiais são sempre atribuídas” (MENESES, 1992, p. 4). A problematização de como os objetos materiais ganham sentido nos museus, podem levantar questionamento de quem, como, e o quê o museu representa?

Levando em conta as premissas da Nova Museologia, pode-se falar nos Museus de Territórios, que são entendidos como instituições que absorvem o seu entorno espacial como parte de seus acervos. De acordo com Carlos Augusto de Oliveira (2015) a partir da perspectiva da Nova Museologia o território pode ser inserido é entendido como museu, possibilitando novas formas de compreensão do patrimônio e da memória:

O espaço, essa realidade que aqui tratamos, é um espaço social por natureza, pois é fruto da elaboração humana, de sua capacidade de interpretar sua existência no mundo. Ele não é apenas o local de onde foram retirados os objetos levados a um museu, é na verdade o lugar em que o patrimônio é reconhecido enquanto parte da realidade de uma determinada comunidade ali estabelecida. (OLIVEIRA, 2015, p. 36).

O Museu de Território entende o espaço referenciado pela ótica do sujeito que ali habitam, ou seja, o Território é expressão histórica e social da comunidade. A percepção do território, enquanto museu, ajudaria a despertar, na comunidade, o conhecimento crítico que possibilitaria moldar a realidade através da consciência identitária construída na relação com o ambiente:

Diferentemente de um museu tradicional, o museu de território, embora aberto a um público amplo, visa a comunidade na qual ele está instalado, a

fim de que ela se reconheça nele, e, portanto, seja valorizada por si mesmo, contribuindo para a manutenção de sua identidade. Geralmente os objetos em um museu de território permanecem em seu contexto original, são inventariados, mas continuam fazendo parte da vida das pessoas, servindo a elas. (REIS, 2019, p, 3)

O conceito de museu integral a serviço do homem e da sociedade remete então a atuação do dessa instituição, tendo em vista a busca por uma melhor qualidade de vida, através da valorização do patrimônio cultural, para todos os integrantes que fazem parte de uma comunidade. O reconhecimento do território e suas expressões culturais passam ao primeiro lugar nesse novo conceito de museu, que desse momento em diante, abre-se para um maior diálogo com o entorno espacial.

As ideias de musealização do território foram discutidas também, em 1984 na cidade de Oaxtepec, México. Nesse encontro foram levantadas novas formas de relacionamento do museu com a comunidade e o território:

Durante as décadas de 60 e 70 se processou o alargamento da noção de determinados termos no campo da Museologia, o conceito clássico de museu – que operava com as noções de edifício, coleção e público – foi confrontado com novos conceitos, novas abordagens, que ampliaram e problematizavam o que era antes, de certa forma, estigmatizado socialmente. Passou a se operar através de novas categorias: o território (socialmente praticado), o patrimônio (socialmente construído) e a comunidade (construída por laços de pertencimento). (SOTO, 2014, p. 66, 67).

Percebe-se que a declaração de Oaxtepec, como levantada por Soto, trouxe novas percepções sobre o conceito de patrimônio, com efeito, isso será de importância ímpar para os Ecomuseus. Essa definição associando território, patrimônio e comunidade é atrelada por essa instituição, com o objetivo de valorizar o ambiente como lugar carregado de sentidos e afetos para um determinado grupo.

Dentre os museus de território, podem ser destacados dois tipos, de acordo com Georgina de Carli (2004) o ecomuseu do Meio ambiente, e o ecomuseu do Desenvolvimento Comunitário, que tem como finalidade propiciar à comunidade como agente principal na gestão do museu. Esse último concentra-se principalmente no ambiente urbano e ajuda no levantamento de questões relativas à relação do indivíduo com o meio urbano.

Diante disso, compreende-se que o nascimento dos Ecomuseus encontra-se inserido, dentro das questões levantadas pela Sociomuseologia, sobretudo aquelas advindas dos questionamentos das relações do homem com o território, sua memória e o seu patrimônio:

A abertura do museu ao meio e a sua relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida tem provocado a necessidade de elaborar e esclarecer relações, noções e conceitos que podem dar conta deste processo. O alargamento da noção de patrimônio, é a conseqüente redefinição de "objeto museológico", a ideia de participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, (MOUTINHO, 1993, p. 8).

Pelo fatos expostos, os Ecomuseus não são vistos como um local fechado e inerte em si mesmo, com uma coleção específica voltada para um público seletivo, como em um museu

tradicional. Mas, nessa nova abordagem, preza-se pela diversidade cultural mediada na sua relação com o território experimentado e transformado pelo homem, enquanto patrimônio cultural e histórico, sem o qual não é possível pensar a identidade de uma comunidade:

Reconhecimento das identidades e das culturas de todos os grupos humanos;
· utilização da memória coletiva como um referencial básico para o entendimento e a transformação da realidade; · incentivo à apropriação e reapropriação do patrimônio, para que a identidade seja vivida, na pluralidade e na ruptura (SANTOS, 2002, p.115).

Mathilde Bellaigue (1993), define quatro elementos bases de um Ecomuseu: o território, a população, o tempo e o patrimônio. Alicerces esses, também defendidos por Hugues de Varine (2014) que nos diz: um Ecomuseu constitui-se na articulação entre território, patrimônio e comunidade. Desse modo, a absorção do território, por essa instituição, parte do princípio que o meio é o produtor de identidade e perceptível enquanto patrimônio. O espaço é integrado ao museu, sendo assim, ele é passível de musealização. O território é reconhecido como parte integrante de um museu, e necessita, como qualquer objeto museológico, de preservação, documentação e comunicação com a comunidade.

George Henri Revière diz que “um ecomuseu é um instrumento que um poder e uma população fabricam e exploram juntos. Este poder, com os especialistas, as instalações, os recursos que fornece. Esta população, de acordo com suas aspirações, seus saberes, suas competências” (REVIÈRE, 1985, p.1). A partir da definição de Revière, nota-se a importância da participação da comunidade na constituição de um território como ecomuseu. Com efeito, essa participação é fruto da percepção do território como expressão simbólica da memória dessa mesma comunidade.

Por sua vez, Hugues de Varine ainda nos lembra que em “um museu “normal” tem um objetivo oficial: servir ao conhecimento e à cultura. Um museu comunitário tem outro objetivo: servir à comunidade e ao seu desenvolvimento” (VARINE, 2014, p.26). Abordar o ecomuseu pelo ponto de vista da participação comunitária, ajuda a construir essa instituição como algo dinâmico, sempre em diálogo com as transformações ocorridas na história dessa mesma comunidade.

Para Hugues de Varine (1973) o ecomuseu torna-se um instrumento para a autogestão da memória e do patrimônio da comunidade. Nesse sentido, Pedro Pereira Leite também atesta a participação da comunidade na ideia dos Ecomuseu, pois é ela os “atores do processo museológico, intervindo nas suas diferentes fases, desde a concepção, execução, manutenção do mesmo. Trata-se dum projeto em que o museólogo se assume como um dinamizador do desenvolvimento da comunidade” (LEITE, 2014, n.p). Bruno Brulon lembra também essa dimensão comunitária nos ecomuseus ao dizer que:

O ecomuseu é previsto como um instrumento por meio do qual as populações podem se tornar, elas mesmas, objetos de sua investigação. Ele é, portanto, segundo a perspectiva desenvolvida por Rivière, um instrumento de autoconhecimento para a prática de uma museologia experimental com base no patrimônio local, visto como um conjunto integrado. Por sua vez, Varine se voltava para a estruturação do ecomuseu com base na população. Estas duas visões iriam se complementar. Para Varine, o novo museu que se

imaginava implicava a realização da comunidade urbana enquanto comunidade autoevidente (BRULON, 2015, p. 282).

Logo os Ecomuseus assentam-se, pois em um estreito diálogo com o patrimônio na perspectiva da comunidade. A participação comunitária na constituição dos ecomuseus comunidade tem então uma importância fundamental. Em relação a dimensão da comunidade Hugo de Varine diz:

A comunidade que os atores é um conjunto complexo de atores que se inventam como gestores, conservadores e, ocasionalmente, como público do museu. Nos museus comunitários, são atores todos aqueles que, ao mesmo tempo, vivem e fazem da vida objeto musealizado, ou patrimônio que é simultaneamente vivido e observado no presente. “O ecomuseu nasce, então, de uma análise precisa da comunidade em sua estrutura, em suas relações, em suas necessidades” (VARINE, 1992, p. 458).

O espaço é integrado ao museu, como parte do seu acervo sendo assim, ele é passível de musealização². O acervo constituído, nos Ecomuseus, não pode ser imposto, como algo estranho, como ocorre muitas vezes em um museu tradicional, mas sempre é produzido no decorrer da história desse mesmo grupo. Esse local, reconhecido agora como Ecomuseu, é um ambiente identitário, necessitando de preservação, uma vez que, é a marca existencial de uma sociedade.

Portanto, o alargamento do conceito de museu, pela nova museologia possibilitou novas formas de preservação para o patrimônio cultural humano, “que esses objetos sejam recolhidos ou não para dentro de um museu, isto depende de cada contexto cultural e de cada projeto museológico” (BRULON, 2015, p. 211). O território com toda a sua configuração plástica é incorporado e reconhecido como parte do museu, e a partir desse momento, passa a ser

A CIDADE E OS MUSEUS NO ÂMBITO DA NOVA MUSEOLOGIA

Para Bruno Brulon é justamente no processo de musealização que pode ser observada a diferença entre os museus tradicionais e os museus de território e ecomuseus. “Em muitos sentidos, como se pode ver, o ecomuseu é um museu como os outros. Ele se distingue não em sua forma ou no tratamento dado ao patrimônio, mas no ato mesmo da musealização” (BRULON, 2015, p. 278). Com isso, Santos também atesta a importância do território na nova museologia, e sua necessidade de inseri-lo com parte do acervo museológico, em um diálogo junto à comunidade, ao afirmar que:

Identificar um território e seus habitantes; inventariar as possíveis necessidades e seus anseios; · atuar, como os membros da comunidade, considerando-os donos reais do seu passado e atores do presente; aceitar que não é necessária a existência de uma coleção para que seja instalado o museu. Neste aspecto, a concepção da instituição será no sentido comunidade-museu e não objeto-museu, como antes se concebia (SANTOS, 2002, p. 102)

² Musealização é o processo de aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação em torno de um objeto por parte do museu (CURY, 2005).

Ao operar em diálogo com o meio, os museus de território e os ecomuseus podem ajudar na ressignificação desses espaços, uma vez que, o meio é visto agora, como parte integrante de sua coleção. Esse processo de musealização do território ajuda a conceber o espaço, como passível de narrativas e olhares, que fogem ao corriqueiro. É dessa forma, que o museu lança novos valores para o ambiente, ajudando assim, na produção também de novos afetos e percepção do local, por parte da comunidade.

A Nova Museologia entende que o lugar é inseparável da consciência daqueles que habitam. Por isso, a prática de pensar o patrimônio museológico em referência ao ambiente, enriquece sua percepção espacial. Os Ecomuseus e os museus de territórios trabalham junto à comunidade, justamente para que, dentro do seu universo existencial ocorra a ressignificação de *práxis* cotidiana dos indivíduos.

O patrimônio passa a ser visto, do ponto de vista do universo cotidiano do grupo, que no decorrer da história vai inventado e reinventado seu modo de vida em relação ao espaço, que pode acabar por transformar a percepção da cidade enquanto espaço de existência. É então no diálogo com o meio e com a comunidade, que a Nova Museologia através dos territórios aproximam-se da cidade. Sobretudo, ao problematizar as esferas das relações entre o indivíduo e o espaço, na ótica da comunidade, e não como uma narrativa posta de fora, possibilitando então, uma nova forma uma nova consciência territorial para os habitantes do meio urbano.

Com isso, os museus de território, trabalham a cidade com o espaço representado. O meio urbano é concebido a partir de elementos que foram constituindo-se em fonte de conhecimento, mas para tanto é necessário que o museu assuma as narrativas da diversidade dos grupos que constituem a cidade. Averiguar todo esse processo, e como a sociedade concebeu esse espaço como fonte de informação ajuda também a entender o universo desses grupos, seus valores, sua identidade, e aquilo que eles querem que seja preservado para a posterioridade. Logo, “o museu não é apenas um espaço para a contemplação de algo mais. Ele funciona como a experiência de nós mesmos em uma arena humana determinada” (BRULON, 2012, p. 56).

Assim, a nova museologia, entende a conservação do espaço como sendo primordial para as gerações futuras e para o entendimento de uma comunidade enquanto sujeito de sua existência. As informações propostas pelas representações e narrativas das tipologias de museus que trabalham no âmbito do território ajudam a percebê-los como bens culturais musealizados, que, ao serem conservados pelos museus, se constituem como patrimônio museológico.

Nos museus a preservação está relacionada à comunicação, no sentido, que somente conserva-se aquilo que possibilitou a musealização de um objeto ou de um local. Nessa perspectiva os objetos são pensados em relação ao ambiente e a comunidade, o espaço é visto como portador de informações, meio de expressão cultural, testemunhos dos diversos tempos e práticas, que ajudaram na formação da identidade da comunidade, e que precisa ser compartilhado para um melhor entendimento do grupo como sujeito:

A musealização tem sido intensificada pelos ecomuseus, museus de território, museus comunitários, dentre muitos outros modelos. Em nossa concepção, trata-se de iniciativas endógenas, autônomas, onde o interesse das

sociedades pela educação e preservação da memória é claro, há um empenho e uma vontade de compartilhar o patrimônio, de partilhar as ações preservacionistas. Os ecomuseus são uma expressão do homem e da natureza. O objeto neste contexto não é apenas o homem ou o meio ambiente que o cerca, mas a relação que se dá entre os dois e todas as possíveis relações entre o homem e o real que acontecem em determinado território (WILD, 2017, p.181).

Observa-se que é o que vai ser preservado no espaço, são os objetos que marcam a relação da comunidade com esse local, a preservação não significa congelamento, visto que o próprio espaço é dinâmico. Assim, a preservação museológica constitui para a cidade algo que ajudaria na conservação das diversas memórias que vão sendo desenvolvidas ao longo do tempo junto ao ambiente urbano. Ao preservar o espaço como local de memória, a Nova Museologia ajuda também a lançar novas formas de percepção sobre o território, que podem criar laços afetivos entre os moradores e o espaço que habitam, fortalecendo o vínculo espacial dos indivíduos e o senso de identidade.

OS MUSEUS: CONSTRUINDO NARRATIVAS SOBRE A CIDADE

O ato de perceber o território como passível de musealização, pode auxiliar a formação de novos olhares e narrativas sobre o espaço. Assim, os diversos espaços musealizados, em uma cidade ganham novas conotações advindos das narrativas criadas pelos museus em torno do ambiente. Essas narrativas ajudam, segundo Reginaldo Goncalves, “traz o passado para o presente na forma de memória; ou que traz para perto uma experiência situada num ponto longínquo do espaço. A narrativa sempre remete a uma distância no tempo ou no espaço. Essa distância é mediada pela experiência pessoal do narrador” (GONÇALVES, 2007, p. 65). Ao estabelecer novas formas de relação com o território, o território musealizado assume o papel do narrador, o espaço ganha novos significados, e possibilidades também de novas leituras.

Diante disso, os museus de territórios ajudam a valorizar a cidade através da musealização de seus espaços, isso se dá na produção de novas narrativas, o compromisso com os pequenos grupos, que geralmente não tem espaços para narrar suas memórias. Pensar o espaço urbano como parte integrante de um museu desenvolver novas leituras para a cidade, que agora passa a ser vista então, pela ótica na narrativa museológica, isto é, na produção de significados proposto pela expografia, e que vão dialogar diretamente com os seus interlocutores:

O museu-narrativa surge e se desenvolve em um contexto urbano onde a relação com o público ainda guarda uma marca pessoal. Ele não é um museu feito para atender grandes multidões. Quantitativamente seu público é bem restrito; qualitativamente, seletivo. É provável que nêle caminhe confortavelmente o flâneur; mas certamente não se reconhecerá nesse espaço o “homem da multidão”. Dessa relação o museu-narrativa retira uma série de características definidoras. (GONÇALVES, 2007, p. 70).

Entender os museus de território como um local produtor de narrativas para a cidade, é antes de tudo concebê-lo como sendo capaz de criar comunicação entre seu espaço e os habitantes de um local. A narrativa ajuda a quebrar o sentido de impessoalidade, pois diálogo, nessa forma de comunicação é construído em uma via de mão dupla, e não somente imposto

de fora, em que um é o emissor e outro o receptor passivo do discurso. Pois, “a narrativa, enquanto uma modalidade específica de comunicação humana, floresce num contexto marcado pelas relações pessoais” (GONÇALVES, 2007, p. 65).

Superar a ausência de comunicação entre o sujeito e a cidade é originário da própria essência da narrativa, que segundo Gonçalves (2007), é construída como parte integrante da subjetividade do sujeito, é algo que nasce diretamente na consciência, produzindo novas percepções sobre a realidade a partir da experiência direta dos moradores de uma localidade. Por isso nessa forma de comunicação há elementos que são produzidos pelos afetos e emoções, e que são portadores de sentidos somente para aqueles que experimentaram diretamente:

Outro aspecto importante na caracterização dessa forma de comunicação humana é a ausência de qualquer explicação. A narrativa se basta a si mesma e dispensa qualquer esforço, por parte do narrador, no sentido de explicar os acontecimentos narrados. A audiência é livre para interpretar a estória como quiser. Essa ausência de explicações deixa livre o terreno para o que é fundamental na narrativa: o intercâmbio de experiências (GONÇALVES, 2007, p. 65).

Ante o exposto, nos meios urbanos atuais é fato que muitas vezes a informação substitui a narrativa, pois em muitos casos, a produção de conhecimento da cidade, não leva em conta as narrativas dos diversos grupos que a compõem, isso caracterizou a perda da comunicação entre o espaço e seus habitantes. A informação, como estudada por Gonçalves (2007), é uma imposição de fora, que acrescenta muito pouco à identidade de uma comunidade. Já a narrativa é materializada no espaço pela construção de novas relações e percepções com o meio, por isso a necessidade de repensar determinados espaços na cidade, que por vários motivos perderam sua singularidade, seu potencial narrativo, em favor do homogêneo, do impessoal, como passível de ser produtores de narrativas novamente.

Com o declínio da experiência no contexto da grande metrópole, e a não representação de grupos sociais vulneráveis, em instituições que operam na preservação do ambiente urbano, desenvolve-se uma outra forma de comunicação humana peculiar a esse novo contexto: a informação. Com o seu advento, desaparece o contexto de relações interpessoais onde floresce a narrativa. A informação é fruto de um universo marcado pela heterogeneidade dos códigos socioculturais, pela impessoalidade e pelo anonimato:

A narrativa, como vimos, é fundada na possibilidade de compartilhar experiências, portanto numa coletividade interligada por laços afetivos. A informação dirige-se a indivíduos isolados, átomos sociais desprovidos da rede intensa de relações que caracteriza o narrador e sua audiência. A informação, em contraste com a narrativa, não deixa rastros, não deixa marcas pessoais. Enquanto a narrativa trazia histórias que vinham de longe no tempo ou no espaço, a informação se prende ao que é próximo (GONÇALVES, 2007, p. 66).

O crescimento urbano acelerado pode favorecer uma cidade sem memória, propícia a ser também um local sem narrativa, já que não consegue estabelecer experiência entre o meio e seus habitantes. A narrativa floresce justamente da experiência, e sua riqueza varia de acordo com a profundidade dessa relação. Essa crise na concepção urbana moderna, advém do fato

que os elementos de análise são geralmente tipificados, e esse atributo estende “os indivíduos, que passam a pertencer como homens tipos, a categorias ideais” (FARRET, 1985 p. 45).

A cidade enquanto história e produção humana, é um local personalizado, e essa relação precisa sempre ser reinventada e fortalecida, caso contrário, pode correr o risco de perder-se no decorrer do tempo. A narrativa criada pelo museu, quando entra em diálogo com a comunidade, pode levar ao enriquecimento da percepção do espaço, mas para que isso ocorra é necessário pensá-lo fora da ótica somente utilitarista, mas sim no âmbito de outras dimensões, como a estética ou identitária. Por isso, os museus precisam trabalhar junto à comunidade, identificando aquilo que é passível em um espaço de musealização, e que constituem a identidade de um grupo.

CONCLUSÃO

Os museus de territórios e os ecomuseus, ao musealizar um determinado local, pode ajudar a formar novas percepções para a cidade, moldando a formação da identidade espacial, contribuindo, assim, para a preservação do passado, com as práticas de salvaguarda do acervo territorial. Os marcos temporais, materializados na arquitetura, práticas sociais, paisagem natural, e obras de artes inseridas em um espaço ou qualquer outro objeto que faz parte da história de uma comunidade podem então ser inseridos no museu sem a necessidade de adentrar o edifício.

O objetivo dos museus de territórios, dentro da Nova Museologia, é então preservar o espaço, como fator histórico, valorizando a memória territorial, como importante para a construção do futuro. As práticas de documentação, conservação e comunicação próprias da museologia são essenciais para formar o diálogo entre as diversas épocas, e posteriormente lançar novas leituras sobre o território.

Dessa forma, o espaço musealizado a partir das referências da comunidade, traz a possibilidade de carregar também novas informações sobre a realidade, que esses objetos representam, enquanto referências culturais de um determinado tempo ou espaço. Ao reconhecer que um dado local é passível de musealização, parte do princípio que esse espaço possui informações importantes para a compreensão da cidade como um todo, e que por isso, merecem ser conservados e também comunicados. Logo, os museus ajudam no entendimento da cidade ao criar novas narrativas, em diálogo com a comunidade, sobre o espaço urbano, através do resgate da memória e da preservação do patrimônio. Pensar a cidade pela ótica dos museus é trazer novas leituras e percepções para os diversos territórios urbanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLAIGUE, Mathilde. Memória, espaço, tempo, poder. **ENCONTRO [ANUAL] DO GRUPO REGIONAL DO COMITÊ INTERNACIONAL DE MUSEOLOGIA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE/ICOFOM LAM (2)**. Quito, Equador, v. 18, 1993.

BRULON, Bruno. A invenção do ecomuseu: O caso do Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines e a prática da museologia experimental. **Mana**, v. 21, n. 2, p. 267-295, 2015.

BRULON, Bruno. **A experiência Museológica**: Conceitos para uma fenomenologia do Museu Museologia e Patrimônio, Vol. 5, No 2, p.55-71, 2012.

- CURY, Marília Xavier. **Exposição-Concepção, Montagem E**. Annablume, 2005.
- DE CARLI, Georgina. Vigencia de la Nueva Museología en América Latina: conceptos y modelos. **Revista Abra**, v. 24, n. 33, p. 55-75, 2004.
- DECLARAÇÃO, DE QUEBEC. PRINCÍPIOS DE BASE DE UMA NOVA MUSEOLOGIA, 1984. **CADERNOS de Sociomuseologia**, v. 15, n. 15, 1999.
- DE SANTIAGO, Declaração. Mesa-redonda de Santiago do Chile-ICOM, 1972. **Tradução: Marcelo Mattos Araújo e Maria Cristina Bruno**. Disponível em <<http://www.museologia-portugal.net/index.php>, Acessado em: 02/09/2016.
- DUARTE, Alice. Nova museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. **Revista Museologia e Patrimônio**, vol. 6, nº 2, p. 99-117, 2014.
- FARRET, Ricardo Libanez. **O espaço da cidade: contribuição à análise urbana**. Projeto, 1985.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios** / José Reginaldo Santos Gonçalves. - Rio de Janeiro, 2007. 256p. - (Museu, memória e cidadania)
- JULIÃO, Letícia. **Apontamentos sobre a história do museu**. Caderno de diretrizes museológicas, v. 1, n. 2, 2006.
- Leite Pedro Pereira. **Ecomuseus e inovação museológica**. Em <[Ecomuseus e inovação museológica | Global Heritages \(hypotheses.org\)](http://Ecomuseus e inovação museológica | Global Heritages (hypotheses.org))> Acessado em: 19 de junho de 2021.
- LERSCH, Teresa Morales; OCAMPO, Cuauhtémoc Camarena. O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história. In: **Conferência Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, Kansas, Missouri**. 2004. p. 6-10
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. 1992. "A exposição museológica: reflexões sobre pontos críticos na prática contemporânea". **Ciências em Museus**, 4:103-120
- MENESES, Ulpiano Toledo de Bezerra. Para que serve um museu histórico. **Como explorar um museu histórico**, p. 3-6, 1992.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9-23, 1992.
- MOUTINHO, Mário Canova. Sobre o conceito de Museologia Social. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 1, n. 1, 1993.
- MOUTINHO, Mário C. Definição Evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 27, n. 41, p. 423-427, 2014.
- MUSEU 2021. <<https://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/>> Acessado em: 20 de junho de 2021.
- OLIVEIRA, Carlos Augusto de. A musealização do território como estratégia de gestão do patrimônio e administração da memória. **Revista Memore**, v. 2, n. 2, p. 34-51, 2015.
- PRIMO, Judite Santos. **Pensar contemporaneamente a museologia**. 1999.
- REIS, Gabrielle Alves. O Território como estratégia de memória: museus de território. São Paulo, **XIII Enanpege**, 2019.
- RIVIÈRE, Georges Henri. **Definición evolutiva del ecomuseo**. Museum. Imágenes del ecomuseo. Paris, UNESCO, v. XXXVII, n. 148, 1985.
- SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **Reflexões sobre a nova museologia**. 2002.
- SOTO, Moana. Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários: a construção de uma concepção museal à serviço da transformação social. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 48, n. 4, 2014.

VARINE-BOHAN, Hugues de. 1992a. "L'écomusée (1978)". In: André Desvallées; Marie Odile de Barry & Françoise Wasserman (coords.), **Vagues: une antologie de la Nouvelle Muséologie** vol. 1. Collection Museologia. Savigny-le-Temple: Éditions W-M.N.E.S. pp. 446-487.

VARINE, de Hugues. O museu comunitário como processo continuado. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 27, n. 41, p. 25-35, 2014.

VARINE-BOHAN, Hugues de. **Un musée "éclaté": le Musée de l'homme et de l'industrie Le Creusot Montceau-les-Mines**. Museum, Paris, v.25, nA, p.242-249, 1973.

WILD, B. de M. (2017). Os Ecomuseus e museus comunitários e os desafios da acessibilidade e da inclusão. **Museologia & Interdisciplinaridade**, 6(12). <https://doi.org/10.26512/museologia.v6i12.16357>.